

principalmente, revistas y monográficos internacionales; se trocaron información sobre vías alternativas para difundir estudios en contextos digitales, como blogs científicos; se ofrecieron datos sobre simposios donde tenían cabida las especialidades mencionadas; se propusieron líneas de investigación conjuntas para formar paneles para el congreso AHLiST 2016 sobre literatura (Čipkár, Kronschläger, Sommer) e historia social (Santos, Soares, M. Zozaya; ésta última, por cierto, colaboró en la secretaría técnica de los BoF⁷).

Tras las presentaciones, de forma paulatina y natural, todos los participantes acabamos subidos en el púlpito del aula, usando la segunda pizarra como apoyo a las explicaciones planteadas, en un debate distendido, altamente productivo. Tras tres arduas horas de trabajo, se decidió continuar la reunión fuera del aula, ya en un marco turístico relajado, dedicado a explorar partes históricas poco conocidas de la Universidad conimbricense. En ese contexto informal, algunos participantes retomaron el diálogo al día siguiente. En definitiva, los BoF promovieron un debate tan rico como original, repleto de información fructífera, por lo que se convirtieron en una experiencia notablemente satisfactoria.

LEONOR ZOZAYA

Bolseira de pós-doutoramento da FCT no CHSC-UC
leonorzozaya@gmail.com

Workshop *A receção das mensagens políticas na Idade Média* (5 de maio de 2016, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Um dos aspectos mais mal conhecidos dentro dos estudos sobre a comunicação política no período medieval é o relacionado com a receção das mensagens. Isto é devido, em parte, ao facto das fontes a partir das quais estes processos costumam ser analisados nem sempre identificarem os destinatários, e raramente registarem as reações. Em consequência, é bastante frequente estudar as mensagens políticas sem saber quem as recebia ou como as interpretava. Tendo em conta a importância dessa receção, quer para calibrar a eficácia da comunicação, quer para ter uma percepção completa dos processos, no passado dia 5 de maio teve lugar um *workshop* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, organizado pelo Centro de História, com

⁷ María Zozaya es becaria postdoctoral de la FCT en el CIDEHUS (Universidade de Évora, Portugal).

o objectivo de debater os problemas relacionados com o estudo da receção das mensagens políticas no período medieval. No encontro participaram oito investigadores: Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Luís Miguel Duarte (U. Porto), Adelaide Millán da Costa (U. Aberta), Hermenegildo Fernandes (U. Lisboa), Alicia Miguélez (U. Nova de Lisboa), Elsa Cardoso (U. Lisboa), Bruno Marconi (U. Federal do Rio de Janeiro) e Jorge Lebrero (U. Valladolid). A organização foi coordenada por Covadonga Valdaliso (U. Coimbra – U. Lisboa), com o apoio de Armando Norte (U. Lisboa). Assis-tiram outros oito investigadores, a maior parte dos quais também participou no debate. O ponto de partida foi um breve questionário que cresceu com as apor-tações dos membros da mesa. Sintetizam-se neste texto algumas das conclusões atingidas ao longo da jornada.

Provavelmente a principal das questões que se coloca quando se fala de receção de mensagens políticas é a relacionada com a identificação dos recetores. No encontro sublinhou-se que esta identificação deve ser feita tendo em conta que os recetores nem sempre eram os destinatários das mensagens; e que, mesmo se eram os recetores escolhidos pelo emissor ou emissores, nem sempre partilhavam os mesmos códigos. Este último teria sido o caso dos diálogos entre personagens de diferentes culturas e religiões, ou entre indivíduos que faziam parte de diferentes camadas dentro da mesma sociedade. São muitos os exemplos que podem ilustrar estas ideias: gestos que faziam parte de cerimónias cristãs (o beija-mão, a *proskynesis* ou prostração, o juramento de joelhos, a imposição da espada) com significados diferentes no mundo muçulmano e que, mesmo assim, se repetiam nos encontros entre muçulmanos e cristãos; mensagens escritas, às quais não podiam aceder aqueles que não sabiam ler, ou aqueles que não conheciam a língua; regis-tros iconográficos heráldicos, decifráveis só para alguns e condicionados por diferenças regionais. Por outras palavras, os canais e os códigos utilizados para emitir as mensagens políticas condicionavam, e até determinavam, a sua receção.

A possibilidade de as mensagens políticas medievais terem sido lidas de maneiras variadas por distintos recetores leva a refletir sobre como hoje devem ser descodificadas. Deve ser tido em conta, neste sentido, que é bastante comum entre os historiadores utilizarmos fontes para o estudo da comunicação política que na altura eram mensagens. Devemos também contemplar a possibilidade de não estarmos a detetar nas fontes determinados processos de comunicação; acresce o facto de muitas das vezes as nossas limitações, e as interpretações erradas, fazerem com que não se compreenda a partir do presente como funcionava a comunicação política na Idade Média

no seu conjunto. Em relação com estas ideias colocaram-se na mesa muitos exemplos: sons como os sinos, que a maior parte dos habitantes das cidades e vilas medievais interpretavam de maneira instantânea, mas hoje não reconhecemos, e raramente são registados nas fontes; símbolos relacionados com objetos e cores, como os vestidos, as varas ou os panos de mesa; imagens e episódios que hoje provocam riso, mas na altura quiçá não.

Esta problemática da descodificação das mensagens – quer no período medieval quer na atualidade – conduz a discutir temáticas relacionadas, como o papel que jogava e joga nos contextos políticos a empatia – estudada hoje na História da Arte em relação com os chamados neurónios-espelho –, o significado dos espaços – os códigos ligados à sua utilização e a simbologia associada a eles –, e a importância dada na comunicação política medieval à partilha das emoções – questionando como, onde, quando e por quem eram partilhadas. Isto tudo leva a pensar que para a nossa compreensão da comunicação no período medieval são tão importantes os processos de comunicação bem-sucedidos como os desencontros. Aliás, tal leva a questionar não só as capacidades dos coetâneos para descodificar as mensagens políticas, mas também as nossas interpretações atuais, quer das mensagens quer dos processos. Por outras palavras, obriga a colocar dois filtros: o da nossa percepção e o da percepção coetânea.

O tipo de contexto do qual as mensagens faziam parte também condiciona os estudos; e condicionava na altura a receção. Assim, quando a comunicação era unidirecional – como acontecia em muitos dos processos de propaganda política – e não se estava à espera de iniciar um diálogo, a escolha dos recetores em princípio devia implicar uma certa passividade na receção. Nos processos de comunicação política entre instituições, pelo contrário, normalmente esperava-se uma resposta que gerava diálogos institucionais. Falou-se da importância de considerar até que ponto esses diálogos estavam regulamentados, de estudar como eram escolhidos os participantes, de discutir se existia a possibilidade de integrar esses diálogos para assim obter um reconhecimento institucional – como parece ter sido o caso dos mesterais de Lisboa. De maneira similar, este tipo de questões pode ser aplicado a atos cerimoniais delimitados por protocolos, celebrados em espaços públicos e privados, registados ou não pelas fontes.

A jornada foi concebida como um âmbito de reflexão conjunta, e não como um encontro destinado à exposição de ideias conclusivas. Por outras palavras, a partilha de ideias e a criação de espaços para o diálogo constituíram as bases do *workshop*. Consequentemente, o objetivo foi antes o estabelecimento de premissas – e a identificação de variáveis –, e não tanto

a apresentação de resultados, ou a procura de respostas muito definidas. Destacou-se, nesse sentido, a necessidade de criar um elenco de questões que possa depois ser aplicado nos trabalhos sobre estas temáticas. Sublinhou-se assim a ideia de que este encontro, e outros similares, possam ser o ponto de partida simultaneamente para projetos coletivos e estudos individuais. Surgiram propostas de temáticas para novos encontros e iniciativas encaminhadas com vista a materializar algumas das ideias discutidas ao longo do dia.

COVADONGA VALDALISO
CHSC-UC; CH-UL
covaldaliso@gmail.com

68ª Conferência da Comissão Internacional para o Estudo da História das Instituições Representativas e Parlamentares

A 68ª Conferência da Comissão Internacional para o Estudo da História das Instituições Representativas e Parlamentares, “80º Aniversário da Fundação da ICHRPI”, teve lugar, nos dias 6 a 9 de setembro de 2016, em Palma de Maiorca. Foi organizada pelo Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts, com o patrocínio do Parlament de les Illes Balears, do Govern de les Illes Balears, do Ajuntament de Palma e do Consell de Mallorca. Decorreu com três sessões simultâneas, de manhã e à tarde, no Parlament de les Illes Balears, na Fundació Bartolomé March e no Arxiu del Regne de Mallorca.

Nela estiveram presentes mais de duzentos participantes e apresentaram comunicações mais de uma centena de investigadores de trinta universidades e centros de investigação, muitos deles membros do ICHRPI, provenientes de Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Polónia, Portugal, Reino Unido e Roménia. As comunicações analisaram múltiplas vertentes das quatro grandes temáticas em que se estruturava o Encontro Científico: *Multilevel parliaments; Sources for the parliamentary history; The representative assemblies of the Crown of Aragon; Political representation forms from the Middle Ages to the present.*

Como membros da ICHRPI, Maria Helena da Cruz Coelho proferiu, no dia 8 à tarde, no Arxiu del Regne de Mallorca, a comunicação *The border: a matter of debate in the Portuguese Medieval Cortes* e, nesse mesmo dia, de manhã, presidiu a uma sessão; e Maria Manuela Tavares Ribeiro apresentou,